

## **Espaços Livres Públicos de Práticas Sociais no contexto das Cidades Contemporâneas**

*Social Open Space in te context of Contemporary Cities*

*Espacios Públicos Libres de Prácticas Sociales en el contexto de las  
Ciudades Contemporâneas*

### **Mariana Moreira Menini**

Mestranda Arquitetura em Cidade, UVV, Brasil  
Mariana.menini@gmail.com

### **Larissa Leticia Andara Ramos**

Professora Doutora, UVV, Brasil  
larissa.amos@uvv.br

### **Luciana Aparecida Netto de Jesus**

Professora Doutora, UFES, Brasil  
luciana.a.jesus@ufes.br



## RESUMO

Os Espaços livres públicos possuem papel fundamental na qualidade de vida urbana na medida em que garantem lazer, integração e vivência aos seus usuários, além de interferirem positivamente nos aspectos relativos à saúde física e mental, vitalidade para seu entorno, garantido a segurança e contribuindo para a constituição da esfera da vida pública. Este trabalho apresenta uma análise reflexiva dos Espaços livres públicos de práticas sociais nas cidades contemporâneas, tendo como recorte a Grande Ibes, município de Vila Velha-ES. O estudo é de natureza aplicada e abordagem quanti-qualitativa, desenvolvida a partir de quatro etapas metodológicas: Contextualização, Identificação e Mapeamento, Classificação e Análises das praças. A Grande Ibes apresenta uma distribuição irregular dos espaços livres para práticas sociais. Dos 21 bairros que compõem a Regional, 6 (seis) deles possuem ausência total de praças. Entretanto, as praças existentes atendem cerca 56% da população residente na área de estudo (considerando um raio de 300 metros) e 89% da população (considerando um raio de 500 metros), garantindo acesso e atendendo a grande parte dos moradores. Com relação as análises qualitativas, a maioria das praças possui equipamentos e atrativos relacionados à integração, vivência, saúde e lazer, além de serem em sua maioria limpas e arborizadas. Porém, a falta de manutenção regular é o fator que mais compromete diretamente o uso desses espaços, gerando locais vulneráveis e sem vitalidade. Espera-se com as análises desenvolvidas nesta pesquisa influenciar positivamente nas futuras intervenções a fim de qualificar o espaço urbano.

**PALAVRAS-CHAVE:** Espaços livres de uso público. Praças. Distribuição socioespacial. Qualidade urbana. Avaliação.

## ABSTRACT

*Free public spaces use play a fundamental role in the quality of urban life insofar as they guarantee leisure, integration and experience for its users, in addition to positively interfering in aspects related to physical and mental health, vitality to their surroundings, ensuring safety and contributing to the constitution of the sphere of public life. This work presents a reflexive analysis of public open spaces for social practices in contemporary cities, with the cut out of Grande Ibes, municipality of Vila Velha-ES. The study has an applied nature and a quantitative and qualitative approach, developed from four methodological steps: Contextualization, Identification and Mapping, Classification and Analysis of the squares. Grande Ibes has an irregular distribution of free spaces for social practices. Of the 21 neighborhoods that make up the Regional, 6 (six) of them have a total absence of squares. However, the existing squares serve about 56% of the population residing in the study area (considering a radius of 300 meters) and 89% of the population (considering a radius of 500 meters), guaranteeing access and serving the great part of the residents. Regarding qualitative analysis, most squares have equipment and attractions related to integration, living, health and leisure, in addition to being mostly clean and wooded. However, the lack of regular maintenance is the factor that most directly compromises the use of these spaces, generating vulnerable and lifeless places. The analyzes developed in this research are expected to positively influence future interventions in order to qualify the urban space.*

**KEYWORDS:** Free spaces for public use. Squares. Socio-spatial Analyze. Urban Quality. Evaluation.

## RESUMEN

*Los espacios libres públicos juegan un papel fundamental en la calidad de la vida urbana en la medida en que garantizan el ocio, la integración y la experiencia para sus usuarios, además de interferir positivamente en aspectos relacionados con la salud física y mental, la vitalidad de su entorno, garantizar la seguridad y contribuyendo a la constitución de la esfera de la vida pública. Este trabajo presenta un análisis reflexivo de espacios libres públicos de las prácticas sociales en ciudades contemporáneas, con el corte de Grande Ibes, municipio de Vila Velha-ES. El estudio tiene una naturaleza aplicada y un enfoque cuantitativo y cualitativo, desarrollado a partir de cuatro pasos metodológicos: contextualización, identificación y mapeo, clasificación y análisis de los cuadrados. Grande Ibes tiene una distribución irregular de espacios libres de prácticas sociales. De los 21 barrios que conforman el Regional, 6 (seis) de ellos tienen una ausencia total de cuadrados. Sin embargo, las plazas existentes atienden a aproximadamente el 56% de la población que reside en el área de estudio (considerando un radio de 300 metros) y al 89% de la población (considerando un radio de 500 metros), garantizando el acceso y sirviendo a la gran parte de los residentes. Con respecto al análisis cualitativo, la mayoría de las plazas cuentan con equipos y atracciones relacionadas con la integración, la vida, la salud y el ocio, además de estar principalmente limpias y boscosas. Sin embargo, la falta de mantenimiento regular es el factor que compromete más directamente el uso de estos espacios, generando lugares vulnerables y sin vida. Se espera que los análisis desarrollados en esta investigación influyan positivamente en futuras intervenciones para calificar el espacio urbano.*

**PALABRAS CLAVE:** Espacios libres para uso público. Plazas. Análisis Socio espacial. Calidad Urbana. Evaluación Plazas.

## INTRODUÇÃO

As ideologias de planejamento, em especial o pensamento modernista, promoveram ênfase ao uso dos automóveis, priorizando a ocupação de espaços urbanos por infraestruturas viárias, não priorizando a circulação de pedestres, os espaços públicos e o papel da cidade como lugar de encontro. Segundo Gehl (2014), ao longo das décadas, a cidade como palco para a integração social e interações pessoais foi corrompida com a construção de espaços impessoais que, não só reduzem as possibilidades para as pessoas, mas também prejudicam as ofertas de funções sociais, culturais e de lazer para a população.

Ressalta-se que a qualidade espacial urbana está diretamente relacionada com a presença de espaços livres de uso público. Esses são fundamentais na constituição da paisagem urbana, da história, da memória e da identidade da cidade, além de permitirem maior convívio público e contato com a vida cidadina.

Macedo et al (2018, p. 33) enfatizam que os espaços livres de uso público “são fundamentais para a construção de uma sociedade justa e democrática bem como a constituição da esfera da vida pública”. Para os autores, a realização da esfera pública envolve a produção cultural, a construção da cidadania e do interesse público e, para tanto, exige espaços livres de uso público qualificados e acessíveis a diversas camadas sociais, envolvendo toda população.

Os espaços livres de uso público podem apresentar-se de diversas configurações, com formas e tamanhos variados, integrando ruas e calçadas, bem como espaços de práticas sociais, com vocação para atividades de vivência e de lazer, como praças e parques urbanos (ALEX, 2011). No entanto, enquanto a rua define-se como o espaço do movimento, a praça sinaliza a permanência, potencializando-se como espaço da experiência, que favorece o desenvolvimento de atividades sociais e a vitalidade urbana (GEHL, 2015).

Ainda conforme referido por Gehl (2015), a prática de atividades sociais nos espaços livres de uso público exige a presença do outro e abrange outras formas de comunicação entre o espaço público e as pessoas, promovendo trocas sociais.

Alex (2011, p.126) ressalta que “o convívio social no espaço público está intimamente relacionado às oportunidades de acesso e uso”. O autor afirma que os espaços livres de uso público são indispensáveis na promoção da sociabilidade e no exercício da convivência, e, portanto, devem ser vistos como um conjunto indissociável das formas assumidas pelas práticas sociais. Entretanto, tais espaços, muitas vezes, não se voltam a vida pública caracterizados, em grande parte, por projetos inadequados e padronizados.

Esse fator traz como consequência o uso seletivo ou o desuso total dos espaços públicos que, aliados a escassez de espaços de qualidade nas cidades, acabam negando oportunidades de convívio social, vivência urbana e lazer para a população, colaborando para a disseminação de uma sociedade sem interlocutores, na qual as relações interpessoais são fragilizadas.

No cenário atual das cidades contemporâneas, a falta de planejamento urbano, o adensamento populacional excessivo e o processo de urbanização resultaram na substituição de espaços livres por espaços construídos e adensados, configurando-se em cidades com pouca oferta de lugares que promovam a vivência urbana, o bem-estar social e a qualidade de vida. A carência de espaços livres de qualidade influencia não somente em aspectos psicológicos, sociais e ambientais, mas influi sobre o direito da população de ter oferta e acesso a áreas que permitam a socialização e estimulam práticas culturais, esportivas e de lazer.

O município de Vila Velha também seguiu fortemente o mesmo modelo de urbanização presente nas cidades brasileiras, passando por um processo de adensamento populacional significativo, principalmente a partir do final do século XX, com a substituição de vazios urbanos remanescentes por espaços edificados adensados. A partir desse processo, o cenário urbano do município, incluindo a Regional Grande Ibes - área de estudo desta pesquisa - vem sofrendo alterações no uso do solo urbano. Esse panorama engloba uma paisagem caracterizada pela carência de espaços livres públicos de práticas sociais bem como a deterioração dos espaços existentes devido à falta de manutenção regular e a perda da vitalidade urbana.

Diante desse cenário, este trabalho apresenta uma análise reflexiva dos espaços livres de uso público destinados a práticas sociais, tendo como recorte a Regional Grande Ibes, município de Vila Velha, estado do Espírito Santo. As análises visam colaborar com estudos que enfatizam a qualidade dos espaços livres, bem como os efeitos da falta desses espaços sobre as comunidades. A identificação, a quantidade e a qualidade dos mesmos, bem como as análises e diagnósticos desenvolvidos nesta pesquisa visam ainda influenciar futuras intervenções, a fim de qualificar o espaço urbano, em especial, do município de Vila Velha.

A Grande Ibes é a segunda Regional a ser estudada no âmbito das pesquisas vinculadas ao Grupo de Pesquisa "Paisagem urbana e inclusão", desenvolvido pelas Universidade Vila Velha e Universidade Federal do Espírito Santo. Foi escolhida para a pesquisa tendo em vista a presença de bairros planejados, de ocupações antigas - décadas de 1950 e 1960 - e por se tratar da região administrativa do município com quantidade representativa de praças.

### **SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES DE USO PÚBLICO E SUAS CLASSIFICAÇÕES**

Segundo Tardin (2010), os sistemas de espaços livres de uso público dizem respeito a um conjunto de elementos que estabelecem relações entre si, com seu entorno e com as pessoas que o vivenciam. Estes elementos possuem diversidade de escalas e afetam dinamicamente os espaços ao longo do tempo; desta forma, um espaço livre pode ser ordenado por vários sistemas integrados que atuam continuamente, modificando e moldando este espaço.

A ideia de Sistema de Espaços Livres (SEL) está vinculada a dependência, complementariedade e articulação física, presente na essência da vida urbana. Apoia-se na vinculação funcional, organizacional e também ambiental dos espaços públicos que podem ser integrados e

conectados pelo sistema viário. Entende-se como SEL urbano as relações e os elementos que estruturam e organizam o conjunto dos espaços livres de uma localidade (MACEDO et al, 2018). Preto (2009) também aborda o importante potencial dos sistemas de espaços livres de revalorizar as áreas urbanas consolidadas, influenciar positivamente na qualidade do ambiente urbano e proporcionar a oportunidade do desenvolvimento de relações sociais de diversas naturezas, resgatando a conexão da população com seu espaço de vida cotidiano. Para o autor, os sistemas de espaços livres configuram-se como uma alternativa e ferramenta poderosa de reconstrução e reconciliação da paisagem urbana contemporânea, ao possibilitar a formação de relações diretas entre os diversos elementos que compõem as cidades, sejam eles naturais ou edificados. Esses sistemas têm ainda o potencial de revalorização de áreas consolidadas no cenário urbano, reconectando a população residente com a paisagem do seu cotidiano e as mais diversas formas que a compõem (PRETO, 2009).

Neste sentido, nas cidades contemporâneas, o reconhecimento e a classificação dos espaços livres mostra-se fundamental para reestruturar, ordenar e qualificar o espaço urbano. A classificação de tais espaços ainda se faz essencial nas análises e formulações de políticas públicas que visam a qualificação dos sistemas de espaços livres de determinado município.

Mendonça (2015), com base nos conceitos de espaços livres públicos definidos por Carneiro e Mesquita (2000), classifica os espaços livres de usos público em três grupos: espaços livres públicos de equilíbrio ambiental; espaços livres potenciais e espaços livres públicos de práticas sociais. Os espaços livres de equilíbrio ambiental compreendem os espaços vegetados com significativo valor ambiental, abrangendo principalmente as unidades de conservação e áreas de valor paisagístico e ambiental. Os espaços livres potenciais abrangem as áreas remanescentes na malha urbana com potencial de transformação e vocação para abrigar atividades futuras.

A classificação referente aos espaços livres públicos de práticas sociais, objeto de análise desse artigo, engloba áreas destinadas as interações e funções sociais, esportivas e de lazer. São espaços que visam promover, majoritariamente, funções urbanísticas de recreação e promoção de atividades sociais, correlacionando-se com funções de trabalho, habitação e circulação.

Nesse conceito estão inseridas as ruas, praças, quadras de esporte, campos de futebol públicos, parques urbanos, calçadões (orlas marítimas urbanizadas), mirantes, parques temáticos, entre outros. São espaços considerados essenciais nas cidades, na medida em que se configuram como locais de integração e vivência, contribuindo para a qualidade de vida, saúde, segurança e para a vitalidade urbana (MENDONÇA, 2015).

O papel desempenhado pelos espaços livres públicos de práticas sociais reflete, diretamente, na qualidade no cenário urbano e de vida da população, conferindo não só possibilidades de realização de atividades de recreação e lazer mas garantindo a participação comunitária, o desenvolvimento da sociabilidade e a manutenção da vitalidade urbana.

A classificação apresentada por Kelly e Becker (2000), proposta pela *National Recreation and Park Association*, também se faz importante. Os autores consideram que os espaços livres públicos podem ser caracterizados pelo porte, raio de abrangência e tipos de uso. São eles:

Espaços públicos de vizinhança, de bairro e municipais. Para Kelly e Becker (2000), espaços públicos de vizinhança são aqueles de menor porte e abrangência, que influenciam um pequeno conjunto de quadras e trazem atividades de lazer e vivências cotidianas. Já os espaços públicos de bairro são os de médio porte, de abrangência intermediária e que apresentam uma gama variada de atividades, incluindo também o interesse comunitário, de conservação ambiental e recreação. Por último, os espaços públicos municipais são aqueles espaços livres de grande porte e que possuem variedade de atividades de lazer, preservação ambiental e recreação. Kelly e Becker (2000) ainda sugerem raios de abrangência para cada um desses espaços. Sendo assim, os espaços de vizinhança devem possuir raios de abrangência inferiores a 400 metros; os de bairro, em torno de 400m a 800m, de forma a atender uma população de usuários de até 5000 pessoas; e aqueles municipais, raios de abrangência entre 1600m até 3200m.

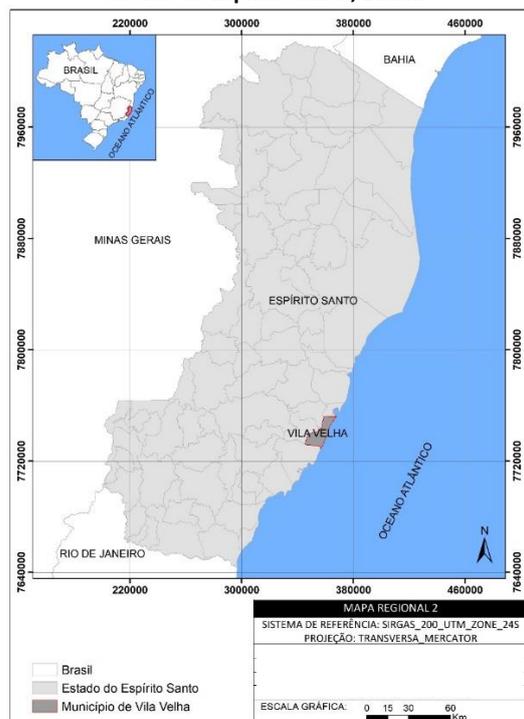
Destaca-se também a classificação proposta por Kliass (1993) que identifica os espaços livres de acordo com o atendimento à população – parques de vizinhança, de bairro e setoriais, considerando a relação nas escalas de vizinhança, de bairro e metropolitana. Para a autora, os parques de vizinhança deveriam atender a um raio de abrangência de até 500m, sem travessia de ruas de trânsito intenso, bem como disponibilizar opções para recreação. Kliass (1993) defende que os principais elementos de um espaço público são a geografia física, a função urbana e o relacionamento com seu entorno.

As classificações de Mendonça (2015), Kelly e Becker (2000) e Kliass (1993), que levam em consideração aspectos funcionais, a relação de escala e abrangência e atendimento, foram utilizados no âmbito desta pesquisa. Os aspectos considerados para classificação, sejam eles funcionais, por porte ou em relação ao atendimento à população representam parâmetros de análise que contribuem para a construção do significado destes espaços, interferindo também na relação com os elementos que compõem os sistemas de espaços livres.

## **MATERIAL E MÉTODOS**

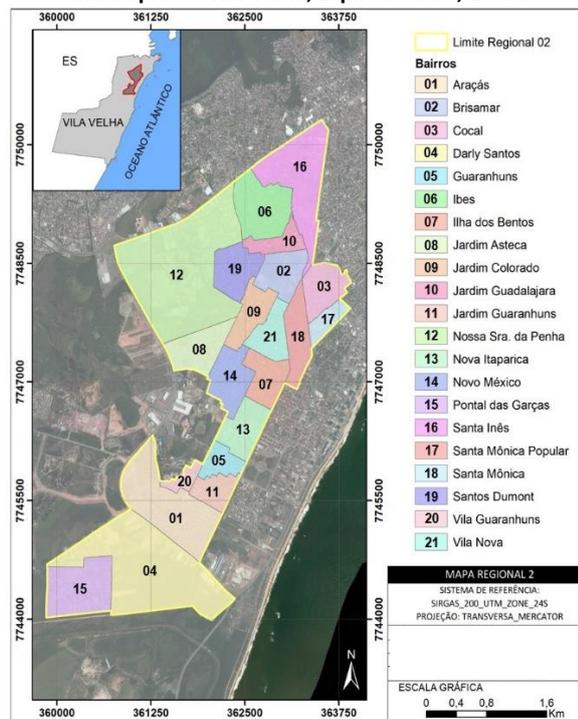
Considerada a cidade mais antiga do estado do Espírito Santo, Vila Velha (Figura 1) é também a segunda mais populosa do Estado, com cerca de 414.586 habitantes e área territorial de 209,965 km<sup>2</sup> (IBGE, 2010). Para melhor organização, o município é dividido em cinco regiões administrativas e a Regional Grande Ibes - área de estudo desta pesquisa - é composta por 21 bairros, conforme ilustra a Figura 2 (VILA VELHA, 2008).

**Figura 1: Localização do Município de Vila Velha, estado de Espírito Santo, Brasil.**



Fonte: Elaborada pelos autores no ArcGIS, 2019.

**Figura 2: Localização da Regional Grande Ibes, município de Vila Velha, Espírito Santo, Brasil.**



Fonte: Elaborada pelos autores no ArcGIS, 2019.

Ressalta-se que na Grande Ibes surgiu o primeiro bairro planejado do estado do Espírito Santo, criado para suprir a demanda habitacional, no início da década de 50. O planejamento iniciou-se com conjuntos habitacionais unifamiliares e multifamiliares, onde foi originado o atual bairro Ibes (identificado na figura 2, bairro 6).

A Regional Grande Ibes, segundo o Plano Diretor Municipal (VILA VELHA, 2018) é constituída por Zona Especial de Interesse Ambiental (ZEIA A e ZEIA B), Zona Especial de Interesse Urbanístico (ZEIU - I, ZEIU - II), Zona Especial de Interesse Econômico-Empresarial e Retroportuária (ZEIE) e Zona de Ocupação Prioritária (ZOP 4, ZOP 5). Segundo dados do censo 2010 (IBGE, 2010) a regional Grande Ibes possui um total de 69.551 habitantes, uma densidade demográfica de 68,54 hab/ha e renda per capita média de R\$ 1.190,85.

O presente estudo é de natureza aplicada e abordagem quanti-qualitativa, desenvolvida a partir de quatro etapas metodológicas: Contextualização, identificação e mapeamento, classificação e análises das praças. Dentre os estudos, deu-se foco na análise e caracterização das praças, pois são os espaços livres públicos de maior abrangência dentro da malha urbana.

Em um primeiro momento, leituras de bibliografias foram necessárias de modo a contextualizar os temas e conceituar as áreas estudadas. Em seguida, os espaços foram identificados e

mapeados com o auxílio do Sistema de Informações Geográficas (SIG), o software ArcGIS (versão 10.5), de modo a gerar uma base cartográfica digital de dados.

Para o processo de identificação, interpretação e quantificação dos espaços públicos para práticas sociais foram utilizadas imagens de satélite e dados geográficos disponibilizados pelos programas Google Earth e Google Maps, juntamente com visitas e levantamentos fotográficos realizados em campo, confrontando as informações presentes com o Plano Diretor Municipal. As ortofotos utilizadas foram disponibilizadas pelo Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INSTITUTO..., 2014) e o banco de imagens disponibilizado para a plataforma ArcGIS, o Basemap (ENVIRONMENTAL..., 2016).

Para as análises de distribuição e atendimento das praças, através da ferramenta espacial *Buffer*, foram definidos raios de 300 metros e 500 metros<sup>1</sup>, representando as regiões de influência desses espaços. Esses aspectos foram conjugados com as informações disponibilizadas pelo banco de dados do Mapa Interativo do IBGE (INSTITUTO..., 2010) para que, assim, identificar a quantidade de habitantes residentes nos raios de influência.

De acordo com o Guia do Espaço Público (HEEMANN; SANTIAGO, 2016), há algumas características que auxiliam na definição e análise das condições de um espaço livre de uso público, a fim de identificar seus problemas e potencialidades para futuras adaptações e investimentos. Nesse sentido, foram estabelecidos critérios que qualificam os espaços livres das praças da Grande Ibes, agrupados em quatro categorias: a) Acessos e Conexões; b) Sociabilidade, Usos e Atividades; c) Limpeza e Segurança; e por fim, d) Conforto e Imagem (HEEMANN; SANTIAGO, 2016). A partir de visitas de campos, dentro de cada grupo, foram verificados parâmetros que garantem conforto, segurança, lazer e integração, de modo a nortear as análises. Em um primeiro momento, a avaliação baseou-se na verificação de presença ou ausência de serviços ou equipamentos, que viessem a contribuir com os grupos de categorias identificados. Para ilustrar o resultado quantitativo das análises das praças, foram utilizados gráficos do tipo radar<sup>2</sup> que possibilitam a interpretação de dados, atribuindo para cada parâmetro uma escala que varia de 0 a 1.

## ANÁLISE DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS DE PRÁTICAS SOCIAIS DA GRANDE IBES

No âmbito desta pesquisa, deu-se ênfase ao mapeamento e análise das praças da Grande Ibes, classificados por Kelly e Becker (2000) e Kliass (1993) também como espaços públicos de vizinhança. São os espaços de menor porte, mas de maior abrangência dentro da malha urbana,

---

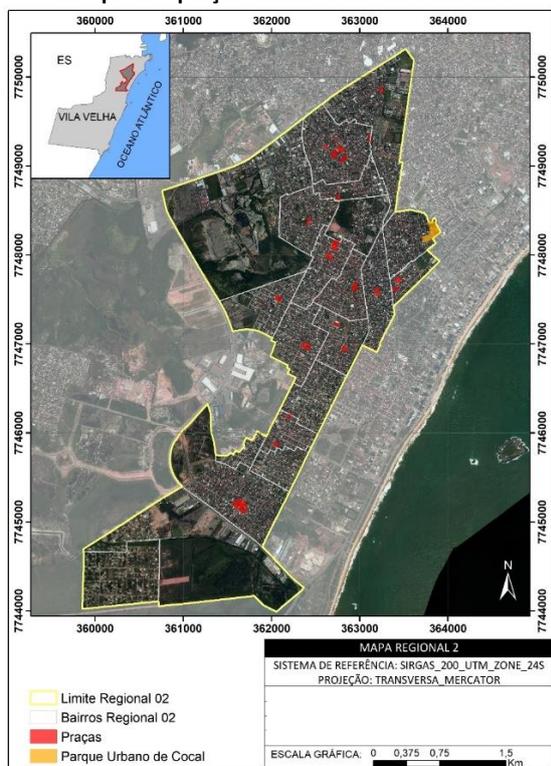
<sup>1</sup> O raio de influência de 300 metros tem como referência pesquisas apresentadas pelo Programa Cidades Sustentáveis (2012) que aponta que o raio de 300 metros de um espaço público evita grandes deslocamentos no território, incentiva a prática esportiva e a vivência. Também considera as classificações de Kelly e Becker (2000), bem como a de Kliass (1993) que concebe as praças como espaços públicos de vizinhança, com raios de abrangência à população inferiores a 500 metros.

<sup>2</sup> Nos gráficos do tipo radar, quanto mais próxima da extremidade do polígono (100%), maior o valor atribuído e quanto mais próximo do centro (que representa 0%), menor o valor. Uma situação ideal seria os resultados alcançarem a forma do hexágono na sua totalidade. Salienta-se que a análise realizada foi quantitativa e não qualitativa. Neste sentido, foi verificada a ausência ou presença de infraestrutura dos elementos identificados em cada critério, mas não necessariamente o seu grau de adequação ao espaço.

com função de convívio social, atividades de lazer e vivência cotidianas.

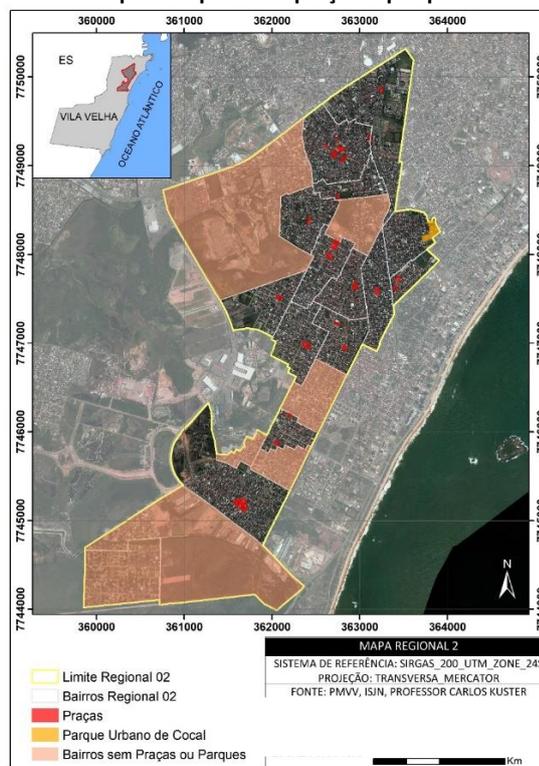
Na Regional Grande Ibes foram mapeadas 22 (vinte e duas) praças e 1(um) parque urbano, distribuídos entre 13 (treze) bairros, de um total de 21 (vinte e um) bairros que compõem a Regional. A Figura 3 ilustra a distribuição destes espaços, em vermelho destacam-se as praças e, em amarelo, o único parque urbano localizado no limite da regional. Os bairros evidenciados em rosa, na Figura 4, possuem total ausência de espaços livres públicos de práticas sociais.

**Figura 3: Mapeamento das áreas livres de uso público para práticas sociais da Região Grande Ibes, enfoque nas praças demarcadas em vermelho.**



Fonte: Elaborada pelos autores no ArcGIS, 2019.

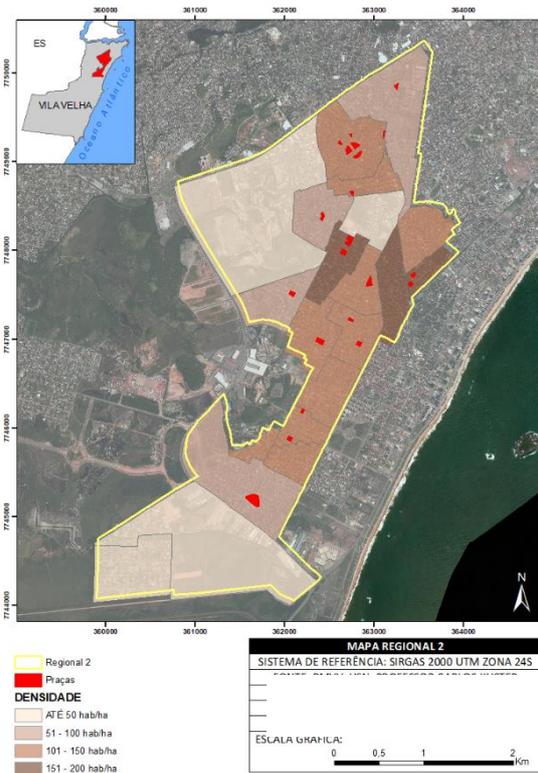
**Figura 4: Mapeamento das áreas livres para práticas sociais da Grande Ibes, evidenciando em rosa os bairros que não possuem praça ou parque.**



Fonte: Elaborada pelos autores no ArcGIS, 2019.

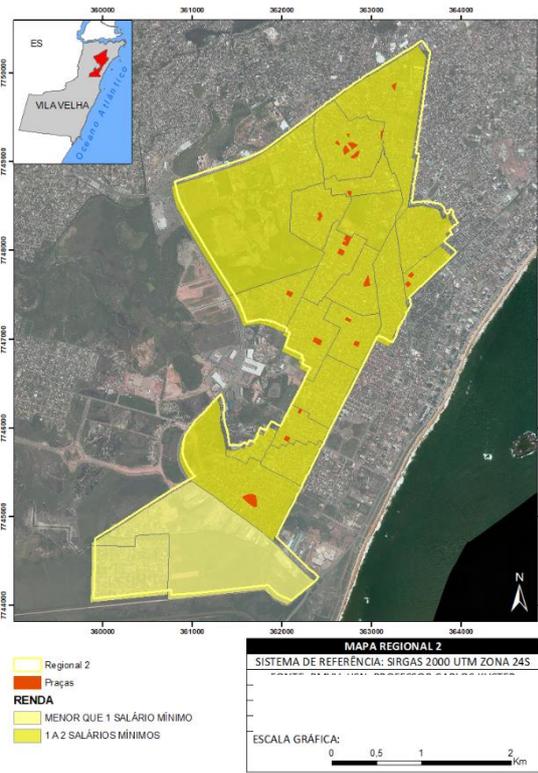
Vale ressaltar que a falta de espaços públicos de práticas sociais nos 6 (seis) dos 21 (vinte e um) bairros citados também está associada ao zoneamento destas áreas, destinadas à implantação de atividades econômico-empresarial e retroportuária, refletindo uma ocupação territorial tardia e baixa densidade populacional (Figura 5). Ao analisar a Figura 6, os dados referentes a renda per-capita não se apresentam relevantes para o estudo, visto que os bairros possuem rendas médias similares, entre 1 e 2 salários mínimos (considerando o Censo de 2010). As exceções encontram-se nos bairros Portal da Garça e Darly Santos (renda per-capita inferior a 1 salário mínimo e densidades inferiores a 50 hab/ha).

**Figura 5: Densidade Demográfica dos bairros da Região Grande Ibes e distribuição das praças**



Fonte: Elaborada pelos autores no ArcGIS, 2018.

**Figura 6: Renda per capita dos bairros da Região Grande Ibes e distribuição das praças**



Fonte: Elaborada pelos autores no ArcGIS, 2018

Através das análises dos mapas, é possível notar uma fragmentação espacial dos espaços livres de práticas sociais entre os bairros da Regional, tendo como consequência espaços menos integrados e envolventes que carecem de elementos diversificados necessários para tecer relações com o entorno. A fragmentação espacial, de acordo com Salgueiro (2005, p. 309) é “um processo de recomposição espacial a todas as escalas, do bairro ao mundo, decorrente dos novos fatores de localização e de relação entre lugares” e ainda traz como característica o distanciamento das pessoas com o seu entorno próximo.

Destaca-se a maior concentração de praças nos bairros com ocupação antiga (décadas de 1950 e 1960), como é o caso do Bairro do Ibes, planejado pelo Governo do Estado do Espírito Santo com a finalidade de construir habitações a baixo custo. O bairro possui 4 praças, tendo 60% de sua população com acesso a estas áreas em um raio de influência 300 metros.

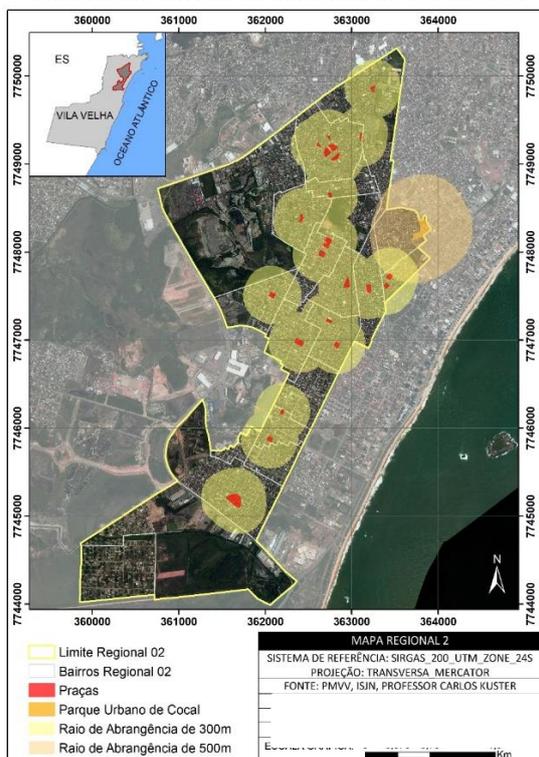
O bairro do Ibes também possui uma das mais altas densidades populacionais, a segunda maior população da Regional (6.677 habitantes), e renda nominal acima da média da Regional (INSTITUTO... 2010). Em contrapartida, apesar da Regional Grande Ibes possuir Índice de Bem-Estar Urbano Local Intermediário - IBEU da Região Metropolitana da Grande Vitória (LIRA;

LARANJA; MAGALHÃES, 2013)<sup>3</sup>, a situação mais crítica encontra-se nos bairros Jardim Guaranhus, Nova Itaparica e Vila Guaranhus que além das altas densidades habitacionais, são bairros com rendas nominais inferiores à média municipal e ausência de espaço livre para prática social. Tais características corroboram a inexistência, em especial nesses bairros, de um planejamento inclusivo, caracterizado pelo equilíbrio na distribuição de espaços livres públicos de qualidade, contribuindo, conforme afirma Mattos (2001), para a consolidação de uma cidade vulnerável à segregação socioespacial e seus desdobramentos na qualidade de vida urbana. Mendes (2017) baseia-se na análise da disponibilidade e atendimento dos espaços públicos, considerado como indicadores para avaliar a distribuição equitativa de tais espaços na malha urbana, bem como a facilidade de acesso à população. A análise que considera a abrangência, tendo como base raios de influência, indicando a distribuição dos espaços, permite verificar se tais áreas atendem ou priorizam parcelas específicas do território urbano (MENDES, 2017). Em relação a abrangência, considerando um raio de abrangência à população de 300m para cada praça, o que representa um percurso com tempo médio de 3 a 4 minutos a pé, percebe-se que a área total de atendimento representa 45% da área total da Grande Ibes. Observa-se, ainda que - considerando o raio de 300 metros - cerca 56% da população da Grande Ibes é contemplada pelas praças, conforme ilustrado na Figura 7 e na Tabela 1.

---

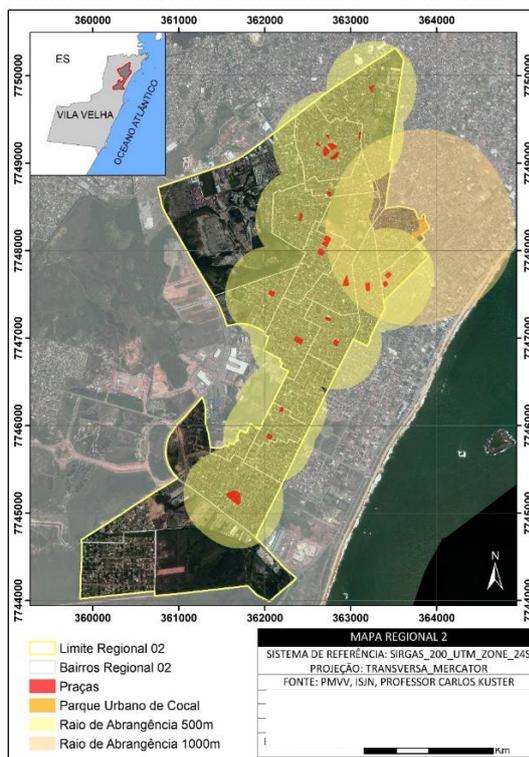
<sup>3</sup> Índice de Bem-Estar Urbano Local (IBEU), elaborado pelo Observatório das Metrôpoles, utiliza dados do censo demográfico de 2010 realizado pelo IBGE para avaliar as regiões metropolitanas brasileiras. O índice considera cinco dimensões: (1) mobilidade urbana; (2) condições ambientais urbanas; (3) condições habitacionais urbanas; (4) condições de serviços coletivos urbanos e (5) infraestrutura urbana (LIRA; LARANJA; MAGALHÃES, 2013).

**Figura 7: Mapeamento das praças da Grande Ibes considerado um raio de influência de 300 metros.**



Fonte: Elaborada pelos autores no ArcGIS, 2019.

**Figura 8: Mapeamento das praças da Grande Ibes considerado um raio de influência de 500 metros.**



Fonte: Elaborada pelos autores no ArcGIS, 2019.

Se considerado um raio de influência de 500m para cada praça, representando uma maior em relação ao público beneficiado, a área total de atendimento à população representa 65% da Regional. Além disso, a parcela da população contemplada pelos espaços livres de uso público mapeados aumenta para 89%, conforme ilustrado na Figura 8 e na Tabela 1.

Apesar da distribuição não equilibrada dos espaços livres públicos de práticas sociais entre os bairros, as praças existentes atendem cerca de 56% da população residente na área de estudo (considerando um raio de 300 metros) e 89% da população (considerando um raio de 500 metros), o que garante acesso a grande parte dos moradores da Grande Ibes.

As informações apresentadas evidenciam que as análises que consideram a disponibilidade e a abrangência (raio de influência) dos espaços livres públicos precisam ser observadas de modo sistemática. Tais espaços se forem fragmentados, má distribuídos, sem conexão e situados distantes da população (raios de influência superiores a 500 metros) esses não contribuirão para a construção de uma cidade mais inclusiva e democrática.

**Tabela 1: Acessibilidade das praças da Grande Ibes considerando os raios de influência de 300 e 500 metros.**

Acessibilidade dos espaços para práticas sociais da Regional Grande Ibes				
Regional Grande Ibes	Raio de 300 metros		Raio de 500 metros	
População Total	População de influência		População de influência	
69.551 hab.	N. habitantes	Porcentagem	N. habitantes	Porcentagem
	38.950 hab.	56%	61.900 hab.	89%
Área Total	Área de influência		Área de influência	
1.014,82 hec. (1 hec. = 10.000 m <sup>2</sup> )	Dimensão	Porcentagem	Dimensão	Porcentagem
	456,67 hec.	45%	659,63 hec.	65%

Fonte: Elaborada pelos autores, 2019

Nesse contexto, a distribuição e disponibilidade dos espaços livres para as práticas sociais de forma equilibrada e sistemática na Regional (em função da densidade e necessidade da população) tornam-se fundamentais para construção de uma sociedade mais justa e para a constituição da esfera de vida pública, conforme afirma Macedo et al (2018) ao mencionar na importância dos sistemas de espaços livres nas cidades contemporâneas.

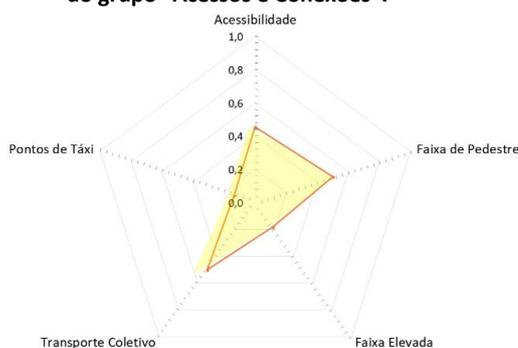
Após as análises da distribuição socioespacial dos espaços livres públicos, deu-se foco na análise qualitativa das praças – espaços destinados as práticas sociais, atividades esportivas, recreação e lazer – de modo a verificar as principais potencialidades e deficiências de cada uma delas, visando futuras intervenções e ações de requalificação e de políticas públicas inerentes.

As análises e caracterizações decorreram nas 22 praças existentes na Regional Grande Ibes. Após avaliação individual de cada praça, foi possível efetuar a comparação e realizar a média dos resultados com base nas quatro categorias, conforme apresentado nas figuras 9,10,11 e 12.

A Figura 9 apresenta o resultado referentes a categoria “Acessos e Conexões”, que englobam parâmetros relacionados a acessibilidade, presença de faixas de pedestres, faixas elevadas, pontos de táxi e transporte coletivo. No que diz respeito a acessibilidade, apenas 50% das praças estão em atendimento à NBR 9050 da ABNT (2015), tanto nas condições de acesso (rampas e rebaixos) quanto às faixas livres de circulação (largura satisfatória para passagem e pavimentação regular, com pisos bem conservados que permitam o uso de diversos públicos).

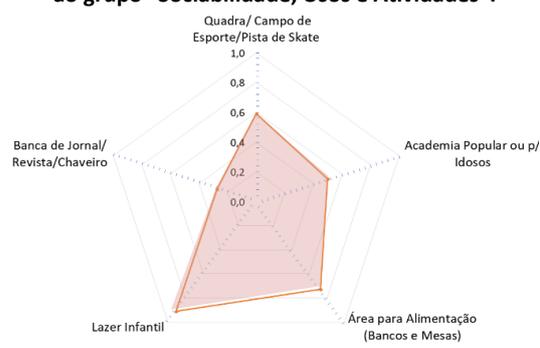
Em relação às conexões externas entre os usuários e o espaço físico da praça, percebe-se que 50% das praças são interligadas com outras ruas e calçadas através de faixa de pedestre, sendo que somente 20% delas possuem faixas elevadas, comprometendo, assim, a segurança viária do pedestre. Ainda com relação ao gráfico de “Acessos e Conexões”, nota-se que há uma tendência na diminuição dos pontos de táxis disponíveis nas praças, em decorrência do surgimento de outras formas de transportes alternativos, mais econômicos e/ou sustentáveis, tais como o “Bike VV”, um sistema de aluguel de bicicletas compartilhadas.

**Figura 9: Gráfico das análises sobre os itens pertencentes ao grupo “Acessos e Conexões”.**



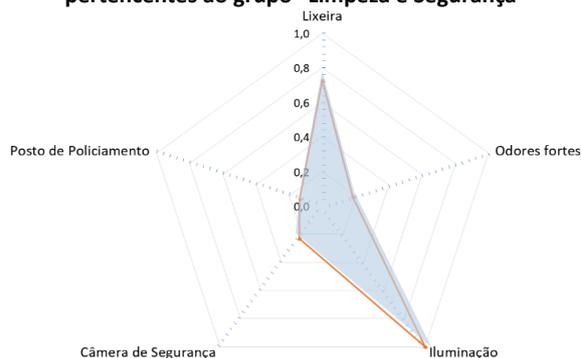
Fonte: Elaborada pelos autores, 2019.

**Figura 10: Gráficos das análises dos itens pertencente ao grupo “Sociabilidade, Usos e Atividades”.**



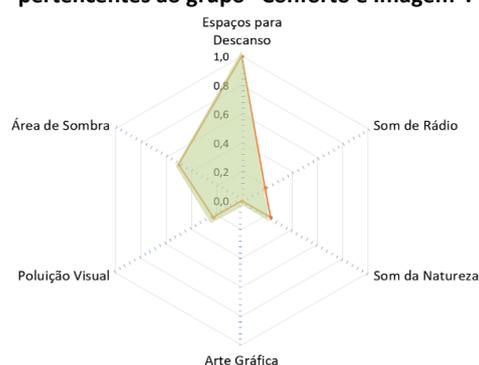
Fonte: Elaborada pelos autores, 2019.

**Figura 11: Gráfico das análises sobre os itens pertencentes ao grupo “Limpeza e Segurança”**



Fonte: Elaborada pelos autores, 2019.

**Figura 12: Gráfico das análises sobre os itens pertencentes ao grupo “Conforto e Imagem”.**



Fonte: Elaborada pelos autores, 2019.

A Figura 10 ilustra as análises dos aspectos relacionados a “Sociabilidade, Usos e Atividades”, que visam garantir a integração e a vitalidade dos espaços públicos. Os equipamentos mais presentes são quadras esportivas, pistas de skate, lazer infantil e área para alimentação, com média de presença entre 60% a 95% no total de praças. No que se refere a presença de bancas de jornal/revista e/ou chaveiro é possível notar que poucas praças disponibilizam desses serviços, com índices aproximativos a 30%. Vale destacar que menos de 50% delas possuem academias populares ou para idosos, cenário contraditório tendo em vista que cerca 42% da população da regional é adulta (30 a 59 anos) e 12% é idosa, com idade acima de 60 anos (INSTITUTO..., 2010).

Considerando o grupo com parâmetros relacionados a “Limpeza e Segurança” nas praças, a Figura 11 demonstra que elementos como postos de policiamento e câmeras de segurança são itens presentes em uma pequena parcela delas. Com relação à segurança, todas as praças possuem iluminação, com postes de alturas e tipologias diversificadas. Apesar de somente o fator “iluminação” não garantir segurança, o mesmo é um elemento que contribui na

manutenção da vitalidade por permitir a presença de usos noturnos e a vigilância natural. A presença de lixeiras foi observada em cerca de 70% das praças e, como consequência positiva, em poucas praças foi notória a presença de odores desagradáveis provindos de acúmulo de lixo. No que diz respeito aos elementos relacionados ao “Conforto e Imagem”, ilustrados na Figura 12, não foi possível identificar sons característicos, além dos ruídos provenientes dos veículos, com exceção de algumas praças que apresentam rádios nos postes ou de praças situadas em áreas majoritariamente residenciais, onde os sons da natureza destacam-se no espaço. Nenhuma das praças possui arte gráfica, por outro lado, cerca 20% delas apresentam algum tipo de poluição visual, principalmente pichações. Com relação aos espaços para descanso, todas possuem bancos e cerca de 50% áreas sombreadas que contribuem no conforto do usuário. A figura 13 a seguir, apresenta uma matriz detalhada dos elementos das categorias “Acessos e Conexões”; “Sociabilidade, Usos e Atividades”; “Limpeza e Segurança” e “Conforto e Imagem” em cada uma das praças analisadas.

Figura 13: Matriz com a análise de cada uma das praças da Regional Grande Ibes

	PARQUE MUNICIPAL DE ARAÇAS	PRAÇA DE GUARANHUNS	PRAÇA DE GUARANHUNS SANTÍSSIMA TRINDADE	PRAÇA ASSIS CHATEAUBRIAND – LADO A	PRAÇA ASSIS CHATEAUBRIAND – LADO B	PLAYGROUND – PRAÇA IBES	PRAÇA JOSENILLA SARMENTO	PRAÇA GLICÉRIO TEIXEIRA	PRAÇA DE ILHA DOS BENTOS	PRAÇA EDSON ARAÚJO	PRAÇA JARDINEIRA	PRAÇA JARDIM COLORADO	PARQUE INFANTIL	PRAÇA DAS ÁRVORES	PRAÇA ALMIR AGOSTINI DA COSTA	PRAÇA DEONICA DADALTO	PRAÇA DE SANTA INÊS - PESTALOZZI	PRAÇA HAROLDO ROSA	PRAÇA SANTA MÔNICA	PRAÇA SANTA MÔNICA POPULAR	PRAÇA SANTOS DUMONT	PRAÇA VILA NOVA	
<b>ACESSOS E CONEXÕES</b>																							
ACESSIBILIDADE	●	●					●	●	●	●	●			●	●			●		●			
FAIXA DE PEDESTRE	●	●	●	●	●	●									●				●	●	●	●	
FAIXA ELEVADA								●				●		●			●			●	●	●	
TRANSPORTE COLETIVO	●	●	●		●			●	●					●			●			●	●	●	
PONTOS DE TÁXI						●													●			●	
<b>SOCIABILIDADE, USOS E ATIVIDADES</b>																							
QUADRA/CAMPO/PISTA DE SKATE	●	●			●					●	●	●	●		●	●		●		●	●	●	
ACADEMIA POPULAR/IDOSOS	●	●			●						●	●			●		●	●		●	●	●	
ÁREA PARA ALIMENTAÇÃO	●	●	●		●			●	●	●	●	●	●	●	●	●		●	●	●	●	●	
LAZER INFANTIL	●	●			●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	
BANCA DE JORNAL/CHAVEIRO		●			●			●				●			●		●						
WIFI									●														
<b>LIMPEZA E SEGURANÇA</b>																							
LIXEIRA	●	●	●				●	●		●	●			●	●	●	●	●	●	●	●	●	
ODORES FORTES				●	●	●			●														
ILUMINAÇÃO	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	
CÂMERA DE SEGURANÇA	●							●							●			●		●			
POSTO DE POLICIAMENTO				●													●			●			
<b>CONFORTO E IMAGEM</b>																							
ESPAÇOS PARA DESCANSO	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	
SOM DE RÁDIO				●	●	●									●								
SONS DA NATUREZA		●												●		●			●			●	
ARTE GRÁFICA				●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●	
POLUIÇÃO VISUAL	●	●	●																				
ÁREA DE SOMBRA	●		●		●	●		●					●				●		●		●	●	

Fonte: Elaborado pelos autores, 2018.

Vale ainda destacar que as praças da Grande Ibes possuem características e usos diversos, concentrando diferentes demandas da população do entorno. Por exemplo, as praças dos bairros Novo México, Jardim Colorado e Santa Inês (Figura 14) possuem equipamentos para

atividades sociais e esportivas (quadras, *playground*, academia popular/idoso, áreas de permanência e espaços de alimentação), nelas também acontecem atividades noturnas voltadas para alimentação e recreação infantil. As praças dos bairros Santa Mônica e Jardim Guadalaraja (Figura 15) não possuem diversidade de equipamentos mas são arborizadas e permitem o descanso dos usuários, sendo utilizadas, em especial, no período diurno e nos finais de semana.

Figura 14: Praça de Santa Inês



Fonte: Acervo dos autores, 2019.

Figura 15: Praça de Jardim Guadalaraja



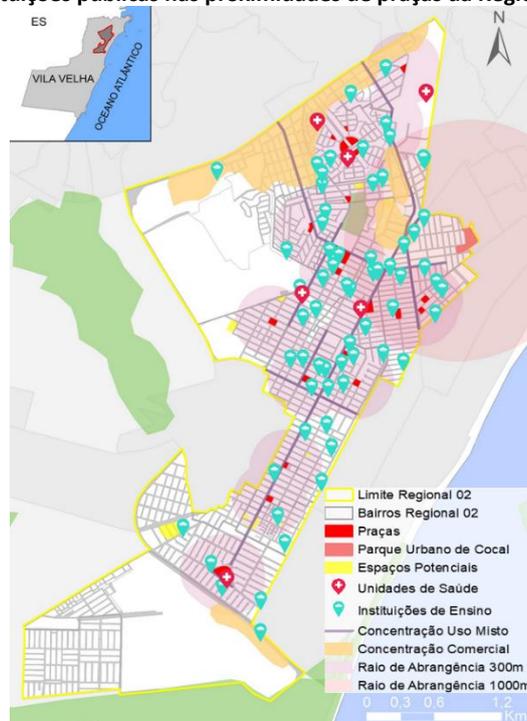
Fonte: Acervo dos autores, 2019.

Ainda ao analisar as praças e seu entorno, nota-se uma expressiva relação com o uso das praças e equipamentos comunitários existentes nas proximidades desses espaços. As praças da Grande Ibes são situadas em bairros predominantemente residenciais e este fator interfere diretamente no uso destes espaços. Conforme observa-se na figura 16, a maioria das praças possui, em suas imediações, edifícios institucionais (religiosos, de ensino e de saúde), com maior ênfase às instituições de ensino, contribuindo para maior frequência e vitalidade da área.

Percebe -se também que os edifícios no entorno interferem na vivência diária dos espaços analisados corroborando o que afirma Robba e Macedo (2003) que as atividades e equipamentos de integração e articulação com a comunidade fornecem as praças um caráter de espaço centralizador, tendo como exemplo as praças do bairro Ibes, Araças e Jardim Colorado, onde nas imediações destes espaços, estão presentes instituições de ensino, religiosa e de saúde. São, em especial os usuários destes edifícios, os que mais fazem uso das praças, principalmente no período diurno (no horário de funcionamento dos estabelecimentos).

Ressalta-se ainda que os usos das praças estão também associados ao seu contexto socioespacial. As apropriações nos espaços livres das praças analisadas vinculam-se as demandas e experiências práticas dos usuários locais, validando o que afirma Macedo et al (2018) ao se referirem ao espaço público como um lugar responsável pela constituição da esfera pública, onde os acontecimentos se materializam.

Figura 16: Instituições públicas nas proximidades de praças da Regional Grande Ibes



Fonte: Elaborado pelos autores, 2018.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O município de Vila Velha, a partir do século XX, passou por um processo de adensamento populacional significativo e com isso vem sofrendo uma série de mudanças no uso do solo urbano, na mobilidade e na estrutura da paisagem urbana. Tais acontecimentos resultaram na carência de espaços livres de uso público para práticas sociais que proporcionem interação com a população e que contribuem para a manifestação da esfera da vida pública e da formação de uma sociedade mais democrática.

As ideologias de planejamento, em especial do racionalismo funcional modernista, seguido do acelerado crescimento dos aglomerados urbanos, deram grande ênfase as infraestruturas veiculares e baixa prioridade aos espaços públicos, às áreas de pedestres e ao papel do espaço urbano como local de encontro dos moradores da cidade (GEHL, 2014). Considerando os aspectos relacionados à consolidação da regional Grande Ibes foi possível perceber que seus bairros, de modo geral, seguiram esta lógica do crescimento funcional.

Apesar da disponibilidade e abrangência das praças da Grande Ibes (o que difere de outras regiões do município), verifica-se a falta de integração e conexão entre elas. Tais aspectos não contribuem para a criação de um sistema de espaços livres e corroboram o que afirma Tardin (2010) ao dizer que a maioria dos municípios brasileiros estão produzindo espaços públicos que não se relacionam entre si.

As análises da distribuição socioespacial dos espaços livres públicos de prática sociais evidenciam a necessidade de ações e políticas públicas inerentes que visam a criação de novos espaços atendendo a população dos bairros não contemplados. Ainda enfatizam a exigência de requalificações em algumas áreas, bem como conflitos entre a existência destes e o processo de urbanização.

Dentre algumas ações favoráveis para melhor distribuição e acesso aos espaços públicos, a identificação de terrenos potenciais para implantação de novos espaços para práticas sociais, em áreas não contempladas, representa oportunidade de criar uma distribuição mais equilibrada dos espaços públicos na malha urbana, garantindo acesso à população residente de áreas anteriormente não privilegiadas. Além disso, a manutenção regular e preventiva dos espaços públicos consolidados, se faz fundamental para garantir a longevidade e vitalidade destes ambientes, proporcionando espaços agradáveis e de qualidade.

Diante da problemática apresentada, espera-se com esta pesquisa, colaborar com estudos que reforcem a importância dos espaços livres no contexto urbano, além de fornecer dados que possam auxiliar no planejamento ambiental e urbano do município, visando otimizar os investimentos públicos, melhorar a qualidade urbana e introduzir ambientes que estejam voltados para a integração, participação e o convívio da população por meio da criação de novos espaços e também da manutenção e qualificação dos existentes.

## REFERÊNCIAS

- ALEX, S. **Projeto da Praça: Convívio e Exclusão no Espaço Público**. 2a ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2011.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro. ABNT, 2015.
- ENVIRONMENTAL SYSTEMS RESEARCH INSTITUTE (ESRI). **ArcGIS. Desktop**. Basemap: ESRI, 2016.
- GEHL, J. **Cidade para pessoas**. 2. ed. São Paulo, SP: Perspectiva, 2014.
- HEEMANN, Jeniffer; SANTIAGO, Paola Caiuby. **Guia do Espaço Público**. Para Inspirar e Transformar. Jeniffer Heemann & Paola Caiuby Santiago (Adaptação) 2. ed. São Paulo: Conexão Cultural. Project for Public Spaces 2016.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **CENSO DEMOGRÁFICO 2010**. Características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- INSTITUTO ESTATUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS (IEMA). **Ortofoto**. Ortofoto Mosaico cedido pelo IEMA. Vitória: 2014.
- KELLY, Eric; BECKER, Barbara. **Community planning: an introduction to the comprehensive plan**. Washington: Island Press, 2000
- KLIASS, Rosa Grená. **Parques Urbanos de São Paulo**. São Paulo: Pini, 1993.
- LIRA, P.; LARANJA L.; MAGALHÃES, L. **Índice de Bem Estar Urbano - IBEU da Região Metropolitana da Grande Vitória - RMGV: avaliação das condições de vida urbana 1**. Vitória. Observatório das Metrôpoles. 2013.



MACEDO et al. **Os Sistemas de Espaços Livres e a constituição da esfera pública contemporânea no Brasil**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2018.

MATTOS, Rossana Ferreira da Silva. **Expansão urbana, segregação e violência: um estudo sobre a região metropolitana da Grande Vitória**. Vitória, ES: EDUFES, 2011.

MENDES, Alexandra. **Avaliação da disponibilidade e acessibilidade a espaços verdes em quatro áreas urbanas: Lisboa, Porto, Braga e Coimbra**. Dissertação de Mestrado. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2017.

MENDONÇA, E. M. S. A importância metropolitana do sistema de espaços livres da região de Vitória – ES – Brasil. In: EURO ELECS 2015, Guimarães, Portugal. **Anais EURO ELECS 2015**, Guimarães, Portugal. 2015. p. 2075-2084.

PRETO, Maria Helena de Fátima. **Sistema de espaços livres públicos: uma contribuição ao planejamento local**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS. **Metas de Sustentabilidade para os Municípios Brasileiros (Indicadores e Referências)**. Rede Nossa São Paulo. Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis. Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. Agosto 2012.

ROBBA, F., MACEDO, S. S. **Praças brasileiras** (2. ed.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2003.  
SALGUEIRO, Teresa Barata. Segregação e Fragmentação. In: **Geografia de Portugal - Sociedade, Paisagens e Cidade**. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005.

TARDIN, R. **Espaços Livres: Sistema e Projeto Territorial**. Rio de Janeiro: Editora 7Letras. 2008.

VILA VELHA. Lei nº 4.707 de 10 de setembro de 2008. **Institucionalização dos bairros nas Regiões Administrativas, os limites e a denominação dos mesmos e os critérios para organização e criação de bairros, no perímetro urbano do Município**. Prefeitura Municipal de Vila Velha-ES, 2008.

VILA VELHA. Lei complementar nº 65, de 09 de novembro de 2018. **Institui a revisão decenal da lei municipal nº 4575/2007 que trata do plano diretor municipal no âmbito do município de Vila Velha e dá outras providências**. Diário Oficial do Município de Vila Velha. Prefeitura de Vila Velha – ES. 2018.